

ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e quarenta minutos, em segunda chamada, deu-se o início da 115ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de Pregão da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SE-POG, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente Sr. Rodrigo Lamim – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, o Sr. João Paulo Kowalsky – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, Sr. Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Sr. Ademar de Oliveira – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Sr. Álvaro Vanolli – representando a associação dos moradores do São João, Sra. Isabel Erpen Rescaroli – representando a Associação dos Moradores de Cabeçadas, Sra. Eluize Cristina Fonseca Mendes – representando a APROBRAVA, Sr. Eduardo Luis Agostini da Silva – representando o SINDUSCON, Sr. Leonardo Ferreira Santos – representando ACII, Sr. Jerônimo Luiz Rauber – representando o CRECI, Sr. Robson Carlos dos Santos representando a AREA e Sr. Luiz Robério Fernandes Dias – Rotary Club Itajaí e os Senhores Roberto Epifânio Tomaz(titular) e Alexandre dos Santos Priess(suplente) representando a UNIVALI. **I – abertura e informes da presidência:** O Presidente agradeceu a presença de todos, e iniciou a reunião questionando os conselheiros sobre alguma objeção em relação ao início da reunião que se deu alguns minutos após o tempo limite, não houve manifestações contrárias. Agradeceu todos os presentes e deu sequência a aprovação da pauta encaminhada por email houve questionamento por parte do conselheiro Robson Carlos dos Santos em relação à propositura de propostas na 114ª reunião para a pauta da 115ª, o que não foi incluído na mesma devido algumas alterações posteriores a convocação da reunião. Na sequência, devido ainda ao questionamento levantado pelo Sr. Robson, o Presidente do conselho iniciou a leitura da Ata da 114ª reunião para que fosse revisada e corrigida. Foi debatido o último caso que tratava do aeródromo, e a partir das intervenções dos membros foram feitas as correções no momento da reunião, sendo a ata aprovada por unanimidade. Antes do início da reunião o conselheiro Robson solicitou o uso da palavra para registrar a atuação do conselho e ainda sobre a elaboração de um cronograma de trabalho, o presidente informou que seria solicitado ao secretário para que fosse encaminhado um email solicitando das entidades que fazem parte do conselho para que encaminhassem assuntos a serem tratados nas reuniões. **II – aprovação da pauta:** O Presidente apresentou a pauta que foi enviada previamente a todos os conselheiros na convocação, sendo esta aprovada pelos conselheiros por unanimidade. **III- Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** dando sequência o presidente iniciou a apresentação dos assuntos pautados, **O PRIMEIRO CASO** a ser discutido pela plenária o protocolo 13943/2018, requerido por Vanessa Alessandra de Souza, para permissão de Implantação de atividades econômicas e emissão de alvará de funcionamento de atividades ligadas à saúde e à assistência social, Educação Infantil creche e pré escola, na Rua Selso Duarte Moreira, nº 1300 – Cordeiros. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU3 – Zona Urbana 3, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento por meio de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais le-

ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

gislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O SEGUNDO CASO** da pauta para apreciação, conforme o protocolo 12446/2018, requerido por OPA Imobiliária, para consulta prévia de construção de Creche, na Rua Waldemar da Silva, nº 153, Espinheiros, Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é considerado ZU4 – Zona Urbana 4, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “c”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O TERCEIRO CASO** apreciado pela plenária foi protocolo 12732/2018, requerido por SBA Torres Brasil LTDA., para consulta previa de construção de radio base, na Rua João Rodi, nº 128, Fazenda, Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é considerado ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “c”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por todos os conselheiros por unanimidade. **O QUARTO CASO** apreciado foi o protocolo 12400/2018, requerido por Patrick Amaral Barcia Containers, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de comercio, na Rua Bruno Vicente da Luz, nº 50, bairro Espinheiros. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU4 – Zona Urbana 4, e que o uso pretendido se encaixa em CS3 – Comércio e Serviço Setoriais, conforme alínea “c”, inciso III do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do futuro empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O QUINTO CASO** apreciado foi o protocolo 13326/2018, para pedido de viabilidade para licença de funcionamento de casa de repouso, requerido por Daniela Cristina Peroni, na Rua Luiz Bonifacio Pinto, nº 426, São João, considerando que o local segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012) se enquadra em uma ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O SEXTO CASO** apreciado foi o protocolo 2440153/2014, requerido por Dobrachinski Incorporação Imobiliária, que solicita a OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, conforme LEI 214/12, na Rua Uruguai, nº 1179, Fazenda. Considerando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e o art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006, cabendo à anuência do CMGDT, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O SÉTIMO CASO** foi sugerido pelo presidente à discussão sobre o aerodromo de Navegantes, onde solicitou-se também que constasse em ata que os municípios de Itajaí e Navegantes em conjunto com o SINDUSCON foram até o CINDACTA, começaram um processo para viabilizar o estudo do Plano Específico de Zona de Proteção do aerodromo que necessita o aeroporto de Navegantes com os recursos da outorga one-

ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

rosa provenientes do município de Itajaí, dando assim uma maior segurança jurídica para os empreendedores, devido a sua importância para ordenamento da cidade. Houve calorosa discussão sobre o tema, da qual houve consenso quanto à importância do estudo, mas que houve também divergências quanto a legalidade da utilização da fonte dos recursos. O presidente, em ato contínuo, apresentou e leu a íntegra do parecer da procuradoria geral do município, favorável a utilização dos recursos da outorga onerosa para elaboração do Plano Específico de Zona de Proteção ao Aeródromo, conforme proposta do CINDACTA II. O presidente do conselho terminou a leitura do parecer da procuradoria e foi dada a palavra aos membros que discutiram sobre a necessidade do estudo e sobre a legalidade do investimento desse estudo ser dado pelo município de Itajaí. Foi abordada também a questão da segurança jurídica ao parecer da procuradoria, e abordado o tema da improbidade administrativa. Nesse sentido o presidente do conselho lembrou que no caso de haver uma possível contratação todos esses entraves jurídicos seriam novamente analisados em virtude da legalidade do ato. Foi colocado em votação a possibilidade de dar continuidade ao estudo com os recursos da outorga onerosa reservados todos os requisitos quanto a legalidade do referido estudo ser custeado com tal verba. Colocado em votação foram 11 (onze) votos favoráveis e um voto contrário do Sr. Luiz Robério Fernandes Dias, representante do Rotary Club Itajaí, tendo em vista o mesmo entender que de acordo com o Estatuto da Cidade, não há legalidade para o uso dos recursos auferidos pela outorga onerosa para a finalidade em discussão, bem como entende não haver legalidade, em eventual uso desses recursos no município de Navegantes, ou em qualquer outro, discordando ainda da profundidade do parecer jurídico e a falta de contextualização, em relação ao conceito de “ordenamento e direcionamento da expansão urbana”, descrito no inciso IV do Art. 26 do Estatuto da Cidade. **IV – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** foi reiterado pelo conselheiro, Álvaro Cesar Vanolli a apresentação sobre os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano dos quais cabe ao conselho fiscalizar, o presidente acatou a proposta e foi solicitado relatório para apresentação aos conselheiros e pelo conselheiro Robson Carlos Santos sugeriu a apresentação e deliberação do cronograma de trabalho do conselho até o final desta gestão. **V – manifestações gerais:** não houve manifestações gerais. **VI – encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20:10 (vinte horas e dez minutos), da qual lavrada por mim a presente ata, Claudio Ricardo Junior, secretário, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC 16/10/2018.** _____(secretário)
_____(Vice-Presidente).